

**Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****CONTRARRAZÃO :**

À ILMA. PREGOEIRA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Referência: Pregão Eletrônico nº 09/2020.

BOSSA TURISMO, EVENTOS E COMUNICACAO CORPORATIVA EIREL, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, por meio de seu representante legal devidamente habilitado, com base no item específico do Edital em epígrafe e no inciso XVIII do art.4º da Lei nº 10.520/02, respeitosamente à presença de V.Sa. apresentar suas CONTRARRAZÕES

Contra o incabível e desarrazoado recurso interposto pela empresa licitante FACHINELI COMUNICACAO LTDA e assim manter decisão acertada que habilitou e declarou como vencedora do certame esta empresa Recorrida, mediante as razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

**I. DA TEMPESTIVIDADE**

Conforme mensagem eletrônica enviada no último dia 23.03.2020, em amplo respeito ao estabelecido no instrumento convocatório, esta empresa Recorrida teve conhecimento do recurso interposto pela Recorrente, bem como teve a confirmação do prazo de três dias para apresentação das contrarrazões. Desta forma, resta devidamente comprovada a tempestividade da apresentação da resposta às razões recursais interpostas.

**II. DAS INFUNDADAS RAZÕES RECURSAIS****II.I – Preliminarmente**

A amplitude de uma disputa licitatória, mediante a participação do maior número possível de interessados, tem por objetivo buscar a obtenção das melhores ofertas que o mercado pode vir a disponibilizar à entidade da Administração Pública que possui determinada demanda.

Entretanto, há de se ressaltar que a tentativa de participação em processos licitatórios jamais pode se afastar da legalidade, da isonomia e dos demais princípios basilares que regem as contratações públicas e estão devidamente positivadas em nosso ordenamento constitucional.

Com efeito, é extremamente louvável a iniciativa de se apresentar num certame licitatório disposto a realizar uma oferta vantajosa à Administração e assim, tornar efetiva e saudável a disputa que marca os embates entre os licitantes. Ao mesmo tempo, é de conhecimento de todos que operam procedimentos licitatórios, sejam como Pregoeiros ou Presidentes e Membros de Comissões de Licitações, que os licitantes lançam mão de todos os meios existentes para lograr êxito no procedimento, ou seja, de serem declarados vencedores do certame.

Nesse caminho, muitas vezes acabam por utilizar das manifestações de recurso para fazerem acusações infundadas, apenas com o objetivo de procrastinar o procedimento, trazendo com isso infundáveis prejuízos à Administração.

O que se espera deixar claro, de antemão, é que não há dúvidas de que a proposta técnica da Recorrida obedeceu a critérios em ampla congruência ao exigido pelo Edital. Desta forma, foi declarada vencedora do certame, nos moldes previstos no Edital, como sendo a proposta mais vantajosa e inteiramente apta a executar o serviço licitado.

Em respeito à ampla defesa e ao contraditório, respeitam-se as tentativas da empresa por ora Recorrente em apresentar suas considerações a respeito da decisão desta Comissão de Licitação, mas conforme será exposta a seguir, a insistência em reconhecer supostas irregularidades existentes na condução do julgamento do certame e/ou na documentação apresentada devem ser tão logo rechaçadas, ainda mais da forma como feito pela Recorrente: sem qualquer argumentação técnica e/ou jurídica, apenas uma frase e nada mais.

Não se pode permitir, sob nenhuma hipótese, a utilização da via recursal como forma de apresentação de alegações desprovidas de amparo legal ou amparo fático, cujo objetivo é tão somente tentar fragilizar o bom andamento e continuidade do certame licitatório.

Como dito, e ratifica-se, por meio de ilações sem qualquer aprofundamento técnico-jurídico, a empresa Recorrente apela a escassos e infundados argumentos, e desta forma, interrompe momentaneamente o bom e correto andamento do processo de disputa. Esta Recorrida é empresa idônea e responsável, tendo atuado de forma exemplar desde o ano de sua criação, tanto perante órgãos e entidades que integram a Administração Pública, quanto seus clientes privados.

A afirmação acima, e que será melhor evidenciada ao longo das presentes Contrarrazões, encontra-se amplamente corroborada diante dos atestados de capacidade técnica que compõem o acervo de qualificação operacional da empresa, bem como pelo reconhecimento do mercado diante dos profissionais que a compõem, em decorrência da primazia na prestação de seus serviços.

Desta maneira, interpor razões recursais da maneira como foi feito pela Recorrente – sem fundamento lógico, jurídico e/ou técnico – é uma forma de não aceitar a derrota e se configura como uma busca infrutífera de reverter a decisão da Comissão.

Destarte, requer-se desde já o indeferimento, em sua íntegra, do recurso proposto, haja vista a inexistência de relevância nas alegações propostas.

Por fim, cumpre esta Recorrida enaltecer não só o trabalho realizado pela Comissão de Licitação deste Conselho, como também ratificar que sempre se mostrou inteiramente à disposição para ser diligenciada pela entidade e que jamais se posicionou de maneira desrespeitosa aos ditames legais licitatórios. Passa-se então, às respostas as alegações da empresa Recorrente.

## II.II- Das alegações da Recorrente

No praticamente inexistente recurso interposto, a Recorrente afirma que a proposta vencedora não poderia ser habilitada, "pois o Objeto do Pregão 9/2020, não é compatível aos serviços prestados da empresa, conforme CNAE (CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL e SECUNDÁRIO) em seu CNPJ".

Apenas isso. Nada mais. Sem qualquer motivação, sem qualquer argumentação. Tal forma inclusive impede uma correta contestação por parte desta Recorrida, mas que diante da sua história e boa-fé, apresenta aqui suas considerações.

Como dito anteriormente, respeita-se, sempre, sob qualquer custo, o contraditório e a ampla defesa. Mas deve-se rechaçar de antemão qualquer afirmação desarrazoada. Alude-se, por fundamental, que dentre os princípios basilares do processo licitatório, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/93, destaca-se o da moralidade, o qual torna compulsório o comportamento ético e escorreito tanto por parte dos integrantes da Administração Pública como, e especialmente, pelos licitantes. Não se pode admitir, à luz da legítima concorrência, imputações desprovidas de qualquer embasamento técnico.

Inicialmente, é válido que seja bem apresentado o trabalho executado pela Recorrida, e que assim não reste qualquer dúvida de que é inteiramente aderente ao objeto da licitação. Tanto o é que esta Comissão teve acesso ao vasto conteúdo probatório de sua qualificação técnica.

A BOSSA é uma empresa especializada em criar, planejar e desenvolver eventos, tendo construído sua reputação ao longo dos anos por meio da execução de trabalhos orientados por valores como excelência, ética e transparência, a partir de atuação atestada por empresas privadas dos mais variados ramos.

Na Administração Pública não foi diferente, tendo executado serviços para órgãos públicos e se apresenta sim com todas as credenciais técnicas e legais necessárias para a execução, com excelência, dos serviços solicitados no instrumento convocatório.

Pelo exposto, há de se concluir que a capacidade técnica da Recorrente é evidente. Como dito acima, não se trata de aventureira licitatória. A idoneidade e qualificação técnica são facilmente percebidas.

Quanto à alegação da Recorrente, tamanho absurdo não pode prosperar e tal postura não condiz com empresa que se diz pronta para servir à Administração Pública. Levantar questionamentos sobre a idoneidade de concorrentes e sem qualquer embasamento técnico, e jurídico, tentar ludibriar o julgamento da Comissão são práticas que devem ser prontamente rechaçadas.

Como foi apontado nas razões recursais, urge-se destacar que sim, realmente a empresa executa os serviços por ora contratados pelo Conselho.

Não obstante toda a explanação acerca da experiência mais que comprovada da Recorrida e após demonstrar cabalmente a capacidade em executar os serviços demandados pela entidade, ainda sobre a alegação trazida à tona pela Recorrente – suposta ausência de aderência ao objeto social da empresa – é imperioso que sejam destacados ensinamentos valiosos de Marçal Justen Filho :

"A fixação de um objeto social, contida no ato constitutivo da sociedade, não produz invalidade dos atos exorbitantes que vierem a ser eventualmente praticados. O ato praticado fora do objeto social é tão existente quanto aquele que se insira dentro dele. Não se verifica, de modo automático, a invalidade do ato em virtude da mera ausência de inserção do ato no objeto social".

E conclui:

"Portanto, o problema do objeto social compatível com a natureza da atividade prevista no contrato relaciona-se com QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. Se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão dessa mesma atividade em seu objeto social não poderia ser empecilho a sua habilitação".

Nessa toada, a Recorrida apresentou sim atestados de capacidade técnica correlatos ao objeto licitados.

As incongruências expostas pela Recorrente e a falta de embasamento jurídico das suas razões ainda podem ser combatidas sob outro aspecto. Como afirmado acima, embora haja a real demonstração da capacidade da Recorrida em executar o serviço contratado e se saiba que ausência de previsão de certa atividade em seu objeto social não pode ser empecilho para habilitação, é valioso ainda destacar que a postura assumida pela Recorrente em questionar o mero cartão de CNPJ (consequentemente as atividades econômicas e sua respectiva classificação nacional – CNAE) é reconhecida pela jurisprudência pátria como uma maneira inclusive de ferir o caráter competitivo do certame.

Qualquer tipo de atitude que impossibilite a participação ou habilitação de uma empresa com base nesse detalhe cadastral da Receita Federal é levar a norma a limite muito além do necessário e diminuir a competitividade do certame, o que, por si só, configura grave irregularidade. Ainda mais se tal cadastro não for totalmente discrepante ao objeto do certame. Certo é que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém em nenhum momento há previsão legal de impedir uma empresa de participar ou ser habilitado em virtude de uma discrepância desse cadastro. Caberia aos responsáveis pela licitação, a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas, tanto com a leitura do Contrato Social quanto com a análise dos documentos de qualificação técnica da empresa. E por meio de diligências também, obviamente.

Com base nessas informações, e considerando que em licitação as disposições editalícias devem ser interpretadas a fim de garantir a competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa, conforme preceitua nossa legislação, não haveria motivos para impedir a participação e a habilitação da Bossa.

Sob tal égide, fato é que não há qualquer padrão pré-definido para a fixação da CNAE de uma empresa, havendo divergência entre as várias esferas da administração pública. Se adotado o faturamento como fator preponderante para definir a CNAE, pode haver casos em que empresas tenham atividades que variam sua participação no faturamento ao longo do tempo. E que fique claro: os requisitos habilitatórios devem ser elaborados nos estritos limites do art. 27 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e como se sabe, tais dispositivos não amparam exigências habilitatórias pautadas nos códigos da CNAE.

E o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas é uníssono:

“Enfim, não havia razão jurídica ou administrativa para conferir-se arbitrariamente tamanha proeminência à formalidade de anotação cadastral, mais até que ao conjunto de fatores que indicavam a aptidão da licitante a participar da competição e a oferecer propostas que aumentariam a sua competitividade” (Acórdão nº 1.203/2011 – Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro)

“O CNAE não deveria, sozinho, constituir motivo para a inabilitação em processo licitatório, havendo outros meios de comprovação da compatibilidade do ramo de atuação da empresa com o objeto da licitação”. (Acórdão nº 42/2014 – Plenário, rel. Min. Augusto Sherman)

Em conclusão, conforme amplamente demonstrado - bem diferente da maneira pela qual a Recorrente apresenta suas considerações - percebe-se que código da atividade econômica é tão somente um indicador, nunca um elemento que pode ser tomado como prova absoluta acerca da compatibilidade ou não entre a atividade do licitante e o objeto demandado.

Destarte, requer-se desde já o indeferimento, em sua íntegra, do recurso proposto, haja vista a inexistência de relevância nas alegações propostas.

### III. DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Como amplamente exposto, não resta qualquer óbice para a conclusão de que o recurso aqui evidenciado não merece prosperar. Suas alegações carecem de fundamentos e não podem ensejar a reforma de qualquer julgamento pelo TRE.

Por todo o exposto, requer a Recorrida sejam integralmente INDEFERIDOS os pedidos do recurso interposto.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

Fabiola Silva Souza  
Reoresentante legal

**Voltar**